THE LEGAL CHALLENGES AT WORK IN TIMES OF CRISIS



Ireland Portugal Business Network Webinar Series 03.04.2020 9.30



About us

International law firm with over

30 years of experience in

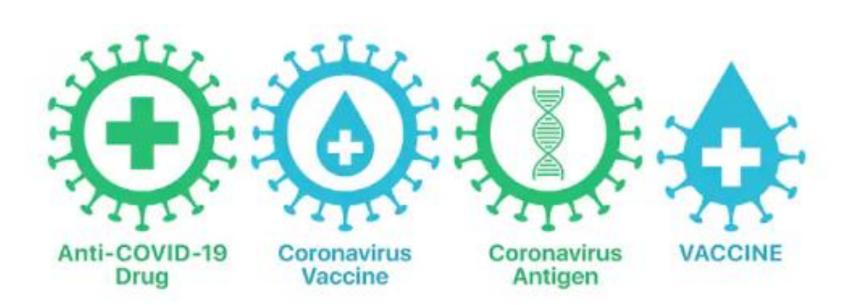
foreign investments

Departments:

Corporate & Commercial Foreign Investment Property & Tourism Residency by Investment International **Estate Planning & Probate** Litigation Fiscal & Tax Planning **Contracts & Notary Employment**



About us



EDGE International Lawyers put together a specific COVID-19 team of lawyers specialized in company and commercial, employment, tax, private client and constitutional matters. We seek to provide solution focused and pragmatic answers, tailoring them to the needs of each client. We are already providing these answers for companies and individuals, particularly international companies and individuals who require specialized guidance at this time.



The Daily Telegraph End of freedom L ust stay at TUDO CONTRA





How to react to a pandemic?

- Special circumstances demand special measures.
- Most countries opted for isolation and enforced quarantine.
- Several consequences for economy and all sectors (commerce, industry, services).



Economy needs to be protected

 Portuguese Government and Parliament are actively legislating in order to protect
 Portuguese Economy and work.

Decree Law no. 10-A/2020, 13th March

SOCIAL PROTECTION MEASURES IN SICKNESS AND PARENTHOOD

Law no. 1-A/2020, 19th March

EXCEPTIONAL AND TEMPORARY
MEASURES FOR PROTECTION OF JOBS IN
CONTEXT OF COVID-19 PANDEMIC

Decree Law no. 10-G/2020, 26th March

INTRODUCES A SIMPLIFIED LAY-OFF REGIME

Ordinance no. 71-A/2020, 15th March

EXTRAORDINARY MEASURES TO MITIGATE CORPORATE CRISIS SITUATIONS

Decree Law no. 2-A/2020, 20th March

REGULATES THE APPLICATION OF THE STATE OF EMERGENCY

AMONG MANY OTHER

DECREE LAWS AND ORDINANCES,

AS FOLLOWS...



N.º 61 26 de março de 2020 Pág. 21-(29)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 10-K/2020

de 26 de março

Sumário: Estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública. A situação tem evoluído muito rapidamente em todo o mundo e, em particular, na União Europeia.



Diário da República, 1.ª série

N.º 53 16 de março de 2020

Pág. 57-(2)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020

Sumário: Repõe, a título excecional e temporário, o controlo documental de pessoas nas fronteiras no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-COMO a de deceso COMO 40.



Diário da República, 1.ª série

N.º 58 23 de março de 2020

Pág. 10-(2)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 10-C/2020

de 23 de março

Sumário: Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 no âmbito das inspeções técnicas periódicas.

A Organização Mundial de Saúde considerou, no passado dia 30 de janeiro de 2020, que a epidemia SARS-CoV-2 causou uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, tendo, no dia 11 de março de 2020, caracterizado a disseminação do vírus como uma pandemia em virtude do elevado número de países afetados.

Nesse sentido, o Conselho de Ministros aprovou, nos dias 12 e 13 de março de 2020, um conjunto de medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID-19, através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de março.



PARTE C

N.º 62 27 de março de 2020

Pág. 387-(3)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, ADMINISTRAÇÃO INTERNA, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

Gabinetes da Ministra de Estado e da Presidência, do Ministro da Administração Interna e das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Despacho n.º 3863-B/2020

Sumário: Determina que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito do COVID 19.



Diário da República, 1.ª série

N.º 61 26 de março de 2020

Pág. 21-(22)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 10-J/2020

de 26 de março

Sumário: Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social,



Diário da República, 1.ª série

N.º 61 26 de março de 2020

Pág. 21-(15)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 10-H/2020

de 26 de março

Sumário: Estabelece medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia, importa acautelar, estrategicamente, a previsão de normas de contingência para assegurar a resposta que é exigida a Portugal.

No dia 18 de março de 2020 foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.

A situação excecional que se vive no momento atual e a proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 exige a aplicação de medidas extraordinárias, temporárias e de caráter urgente.



Most Relevant Measures

Decree Law no. 10-A/2020, 13th March

- ✓ First package of measures to be introduced;
- ✓ Implemented exceptional and temporary measures both for private and public sector;
- ✓ Suspended classes and declared closure of schools;
- ✓ Limited access to public spaces and public buildings;
- ✓ If symptomatic, preventive isolation for the period of 14 days;
- ✓ Introduced the possibility of receiving sickness benefit and child/grandchild care benefits special protection granted for parents with children with less than 12 years old;
- ✓ Remote work was appointed as preferable.



Most Relevant Measures

Law no. 1-A/2020, 19th March

- ✓ Introduced new, exceptional and temporary measures to deal with pandemic situation;
- ✓ Reiterates and increases the ambit and impact of Decree Law no. 10-A/2020;
- ✓ Suspends most deadlines, including Court deadlines, administrative, fiscal and tax dates milestones;
- ✓ Introduces first measures to protect rental contracts, specifically the suspension of evictions procedures.



Most Relevant Measures

Decree Law no. 2-A/2020, 20th March

- ✓ Explains and implements State of Emergency;
- ✓ Institutes mandatory confinement and a special protection duty for certain citizens;
- √ Implements a general duty of self-isolation;
- ✓ Remote work is the new normal, mandatory for all who can do it;
- ✓ Establishes closure of all non-essential establishments, activities and services, including public services, in accordance with the list published;
- ✓ Gives a wider protection to tenants and rental contracts.



Most Relevant Measures

Decree Law no. 10-G/2020, 26th March

- ✓ Revoked Ordinance no. 71-A/2020, 15th March
- ✓ Intends to protect jobs and mitigate business crisis
- ✓ For a maximum of 3 months employers have right to:
 - a) Suspend contracts or temporarily reduced the working hours;
 - b) Opt for an extraordinary training plan (i.e. training can be partially paid by the IEFP, but this measure in not cumulative with the 2/3 salary reduction);
 - c) Receive one minimum salary per employee;
 - d) Request temporary exemption for Social Security payments.



Most Relevant Measures

Decree Law no. 10-G/2020, 26th March (cont.)

- ✓ Employment contracts can be suspended or working hours reduced;
- ✓ Employees with suspended contracts will receive 2/3 of the salary, 70% paid by Social Security and remaining 30% by employer;
- ✓ Avoid dismissals at all cost;
- ✓ Company must prove that they have no tax or Social Security debts.

The new Lay-off regime can be a solution for most companies of all shapes and sizes in all sectors

OBSERVADOR



OBSERVADORECO Orçamento do Estado Coronavírus Rádio Observador Secções V



Dark Mode * 1 47,3 kWh poupados com o 1 1 (i)

Situação no mundo Mapa completo

Portugal e os outros países Gráficos comparativos

Informação útil Como manter-se seguro

Grupo NOV em "lay-off" nos setores do turismo, automóvel e construção

O grupo afirma que já sente "crise de liquidez" e, por isso, é necessário resistir "às restrições económicas e financeiras" e "assegurar a sustentabilidade do grupo", recorrendo ao "lay-off".

CORONAVÍRUS

Em dois dias, 76 mil trabalhadores em layoff

Ministro da Economia reconhece necessidade de se encontrar uma solução para sócios-gerentes de micro-empresas, mas sublinha

que não será pelo layoff.



Victor Ferreira • 1 de Abril de 2020, 19:57





Quase 40% das empresas vai recorrer ao lay-off simplificado

Mariana Espírito Santo











Inquérito da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa aponta para uma grande adesão ao lay-off simplificado. 38,3% das empresas admitir recorrer a este regime criado pelo Governo perante o Covid-19.





Requirements

- √ Simplified procedure;
- ✓ Companies in proven crisis situation can choose to suspend employment contracts or reduction of normal working hours;
- ✓ Examples of proven crisis situation are where the company has:
 - a) been forced to close due to state of emergency
 - (e.g.: restaurants, bars, casinos and others);
 - b) declared with certified accountant total or partial cease of activity for lack of supply/ orders/ reservations (e.g.: hotel industry);
 - c) abrupt fall of at least 40% in invoicing over last 30 days, compared to previous period of 60 days of activity (several activities in the services sector);
- ✓ It must be requested online;
- ✓ During application and in the subsequent 60 days, <u>no</u> redundancies (collective or individual) are allowed.



nonhabitualresidents.com

Benefits

- ✓ Extra financial support to maintain employment contracts (reduction in 2/3 of the salary with a minimum limit of the national minimum wage with 70% paid by Social Security);
- ✓ Extraordinary training support (as an alternative to the above);
- ✓ Extraordinary financial incentive to normalize activity in (minimum monthly remuneration per employee covered, i.e. the amount equivalent to 1 minimum salary paid per employee to the company on restart of activity);
- ✓ Temporary exemption of contributions' payment by the employer to Social Security.

What is the actual impact of the measures and financial assistance provided?



nonhabitualresidents.com

Pre COVID-19

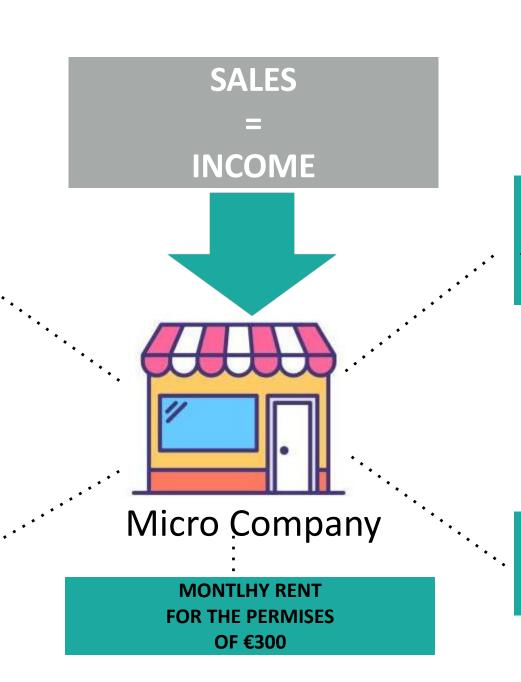
SOCIAL SECURITY CONTRIBUTIONS

23.75% PER EMPLOYEE = €1,496.25/MONTH

TAXES

VAT – 23% UPON SALES

IRC – 17%



SALARIES 4 EMPLOYEES (€1,200/MONTH) + MANAGING PARTNER (SÓCIO-GERENTE) (€1500/MONTH)

BANK LOAN

MONTHLY PAYMENT OF €500



nonhabitualresidents.com

Post COVID-19

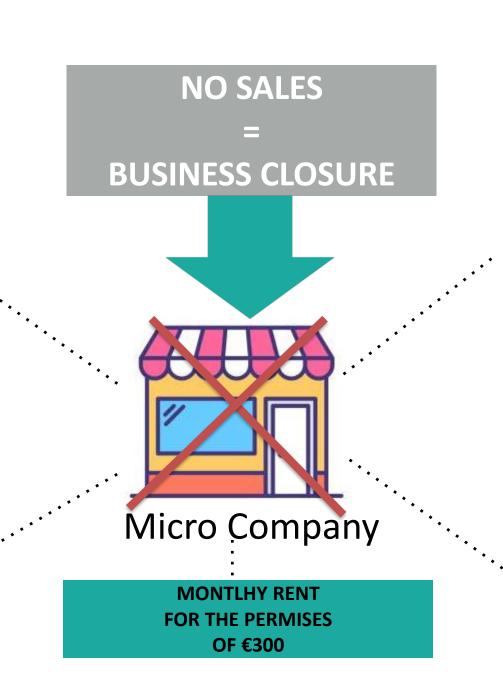
SOCIAL SECURITY CONTRIBUTIONS

23.75% PER EMPLOYEE = €1,496.25/MONTH

TAXES

VAT – 23% UPON SALES

IRC – 17%



SALARIES
4 EMPLOYEES (€1,200/MONTH)
+ MANAGING PARTNER (SÓCIO-GERENTE)
(€1500/MONTH)

BANK LOAN

MONTHLY PAYMENT OF €500



Post Covid-19

SOCIAL SECURITY CONTRIBUTIONS

23.75% PER EMPLOYEE = €1,496.25/MONTH

SOCIAL SECURITY PAYMENTS WILL BE AUTOMATICALLY DEFERRAL IN MARCH, APRIL AND MAY WHEN CONDITIONS ARE MEET

TAXES
VAT – 23% UPON SALES
IRC – 17%

PAYMENT OF VAT CAN BE FRACTIONED
AND
IRC THAT WAS DUE IN MARCH WAS
POSTPONED TO JUNE

MEASURES



MONTLHY RENT FOR THE PERMISES OF €300

PAYMENT OF RENT CAN ONLY BE DUE
ONE MONTH AFTER STATE OF
EMERGENCY IS OVER.

SALARIES 4 EMPLOYEES (€1,200/MONTH) + MANAGING PARTNER (SÓCIO-GERENTE) (€1500/MONTH)

SALARIES OF THE 4 EMPLOYES ARE REDUCE TO 2/3, BEING 70% PAID BY SS NO FINANCIAL ASSISTANCE FOR THE MANAGING PARTNER

BANK LOAN

MONTHLY PAYMENT OF €500

A MORATIUM OF SIX MONTHS CAN BE REQUESTED BY THE COMPANY



nonhabitualresidents.com

Outcome
For the
Company

MONTHLY EXPENSES BEFORES
COVID-19

SALARIES: € 6,300

 $(\in 1,500 + \in 1,200 \times 4)$

TAXES: € 2500

SOCIAL SECURITY: € 1,496,25

LOAN: € 500

RENT: € 300

TOTAL: € 11,096.25

MONTHLY EXPENSES WITH MEASURES

SALARIES: € 2,460

(Each employee receives €800; € 560 from SS** + € 240 Employer)

TAXES: € 0 *

SOCIAL SECURITY: € 0 *

LOAN: € 0 *

RENT: MAY BE € 0

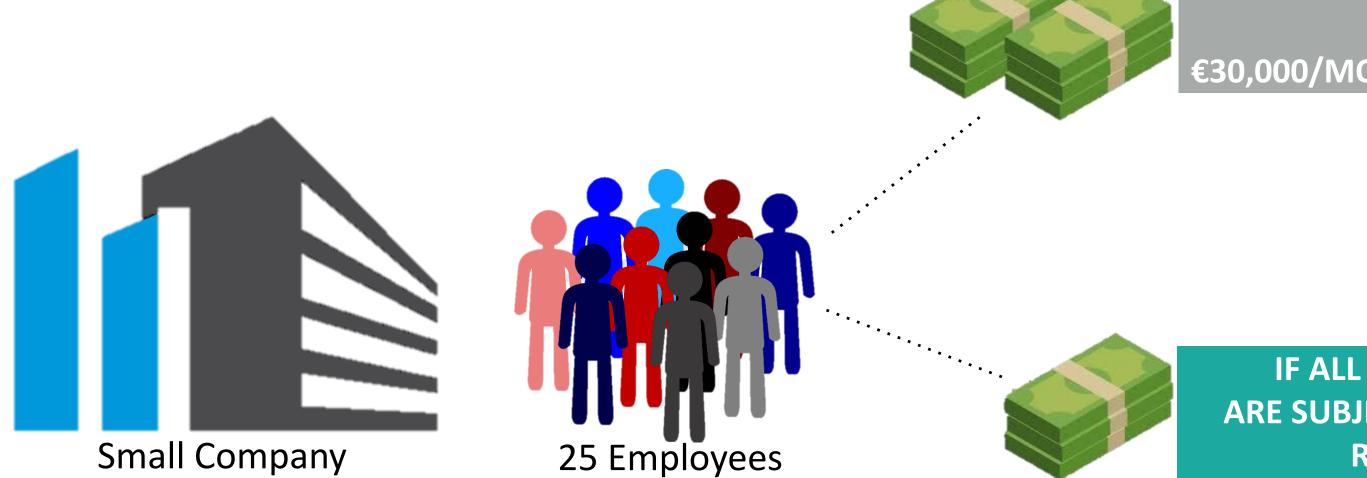
TOTAL: €2,460.00

* DEFERRED EXPENSES

** THE PAYMENT OF 70% OF THE SALARIES BY SOCIAL SECURITY SHALL NOT BE REIMBURSED BY COMPANIES.



Another example



NORMAL CIRCUMSTANCES
=

€30,000/MONTH IN SALARIES

IF ALL EMPLOYEES

ARE SUBJECT TO LAY-OFF

REGIME

€ 6,000/MONTH IN SALARIES



Tax & Loan Deferments

TAX MORATORIUM

EXTENDED DEADLINES FOR FULFILLING DECLARATIVE AND TAX OBLIGATIONS.

EXAMPLES:

- i) 1st PEC postponed from 31/3 to 30/6;
- ii) Mod. 22 postponed to 31/7;
- iii) 1st Payment on Account postponed from 31/7 to 31/8;
- A SECOND PACKAGE WILL INTRODUCE MORE FLEXIBILITY.

CREDIT INSTITUTIONS MORATORIUM

PROS

- FOR PRIVATE INDIVIDUALS AND BUSINESS
- ✓ DURATION: 6 MONTHS (until 30/9)
- ✓ POSTPONE PAYMENT OF INTEREST AND CAPITAL

CONS

- THERE ARE EXCEPTIONS
- LOAN WILL BE POSTPONED UNTIL A LATER DATE.

OTHER COMPANIES INCENTIVE SYSTEMS

- a) ACCELERATION OF INCENTIVE PAYMENTS (settlement of incentives in a short term);
- b) ASSISTANCE WITH REPAYMENTS OF REIMBURSABLE SUBSIDIES such as QREN and PT2020 DEFERENCE UP TO 1 YEAR FOR PAYMENTS UNTIL 30/09, NO EXTRA CHARGES;
- c) SOME EXPENSES ALLOWED INCURRED WITH CANCELLED INTERNATIONAL EVENTS



nonhabitualresidents.com

Credit Lines

FIRST PACKAGE (Available since 12/03)

€ 200 MILLION

DESIGNED FOR SME AND MICRO COMPANIES

CONDITIONS:

- ✓ MAX. 1.5 MILLION PER COMPANY
- ✓ WARRANTY UP TO 80% AND COUNTER-WARRANTY OF 100%
- ✓ TOTAL WARRANTY COMMISSION BENEFIT WITH A MAXIMUM OF 0.5% (i.e. exemption)

SECOND PACKAGE (Presented on 18/03)

€ 3 BILLION – BEING:

- a) RESTAURANTS AND SIMILAR: total of €600 million; € 270 millions for small and micro companies
- b) TOURISM, TRAVEL AGENCIES, EVENT ORGANIZATION:
 total of €200 million; € 75 million for small and micro companies
- c) TOURIST ACCOMMODATION AND SIMILAR ENTERPRISES:
 total of €900 million; € 300 million for small and micro companies
- d) TEXTILE, CLOTHING, FOOTWEAR, AND EXTRACTIVE INDUSTRIES: total of €1.3 billion; € 400 million for small and micro companies.

Other sectors also affected by this crisis

- Tourism, Hospitality and all other related sectors are the most vulnerable to the COVID-19 measures taken, particularly considering the time of the year.
- Real Estate Sector is also one of the most affected with this crisis, with many deeds being cancelled or postponed.



Other solutions can also work

- Many companies are trying to reach an agreement with employees and unpaid leaves are being considered and accepted by many employers and employees.
- Others are reinventing the production and started producing necessary material for this period, such as protection equipment, disinfectant, masks, etc.





Q1. What entities can opt for lay-off simplified procedure?

It can be used by all sorts of entities, including companies of all sizes, structures (e.g. Lda., S.A.) and even establishments (i.e. a group with several establishments can put only one in lay-out).

Q2. If the **contract is suspended** under the new lay-off regime, can the employee go to work?

No, it is not an option. Only employees with reduced working hours can work.

Q3. While the lay-off is in force, can the company sign termination agreements (by mutual consent) in normal terms?

Yes, such cases are not covered by dismissals which are prohibited.



nonhabitualresidents.com



Q4. Is it possible to **terminate a fixed term contract** or simply **not renew it**?

Yes, this is possible as that's not covered by the prohibited dismissals. It is true for any infraction that can lead to disciplinary action, either before or during the lay off regime.

Q5. Can the company that introduced lay-off **conduct disciplinary action** while the measure is in place?

Yes, for any company employee, including those who are subject to the lay-off regime.

Q6. Can a company force employees to take holidays?

No, holidays must be agreed between both parties.



nonhabitualresidents.com



Q7. If an employee is covered by social security protection at home, can he also be covered by lay-off?

No, measures are not cumulative, the company/employer have to choose one.

Q8. What is the differences between social security protection and lay-off?

Social Security Protection is available to all companies; lay-off is only

available to those which have reduced activity by 40% or to those that have

ceased activity due to State of Emergency or due to lack of

orders/reservations.

Q9. How can one **define** reduced 40% of activity and how do you **prove** it? The company **accountant** has to issue a document which certifies the decrease in sales in the **last 30 days compared to the previous period of 60 days**.



Our legal services

During this period, we continue to operate.

The range of services which we can provide includes:

- Property services and notarial services;
- Residency by investment;
- Non-Habitual Tax Residency services;
- Corporate and Commercial services, including support and company incorporation;



Our legal services

The range of services which we can provide also includes:

- Obtaining Portuguese tax numbers;
- Litigation Services;
- Employment Services;
- Probate and Wills services; and
- Other ancillary services (e.g.: opening bank accounts; registration at health centre; powers of attorney and certified copies).



Our contacts

Geoffrey Graham ggraham@edge-il.com



Lisbon

Praça Duque de Saldanha, 1 Edif. Atrium Saldanha, 7th floor 1050 – 094 Lisbon, Portugal

P. (+351) 21 319 12 90 I F. (+351)21 352 76 19 info@edge-il.com

Algarve - Lagos

Rua Dr. José Francisco Tello Queiroz Lote 3, Loja R 8600 - 707 Lagos, Portugal

P. (+351) 282 038 678 | F. (+351) 282 038 678 <u>algarve@edge-il.com</u>

London

33 Cavendish Square London W1G 0PW United Kingdom

P. (+44) 203 875 17 96 info-uk@edge-il.com

Porto

Avenida da Boavista, 722 Edif. Boavista Prime, 3.2 4100 – 111 Porto, Portugal

P. (+351) 22 324 19 59 | F. (+351) 21 352 76 19 porto@edge-il.com

Algarve - Almancil

Avenida José dos Santos Farias, 137-A 8135-167 Almancil, Portugal

P. (+351) 289 895 420 I F. (+351) 289 895 429 algarve@edge-il.com

Cape Verde

Po Box 138, Ed. Garantia, 1º F Av. Amilcar Cabral, Santa Maria, Sal, Cape Verde

P. (+238) 242 20 61 I F. (+238) 242 12 62 <u>info-cv@edge-il.com</u>

